

## AGRICULTURA ORGÂNICA EM SERGIPE: ALTERNATIVA À SUSTENTABILIDADE?

Clêane Oliveira dos Santos  
Universidade Federal de Sergipe  
cle.ufs@hotmail.com

Rosemeri Melo e Souza  
Universidade Federal de Sergipe  
rome@ufs.br

### EIXO TEMÁTICO: GEOECOLOGIA DAS PAISAGENS, BACIA HIDROGRÁFICAS, PLANEJAMENTO AMBIENTAL E TERRITORIAL

#### Resumo

A busca por uma vida mais saudável pressupõe, entre outras condições, o consumo de produtos de boa qualidade. Essa constatação tem levado a uma crescente expansão do consumo de alimentos produzidos sem o emprego de agrotóxicos. A agricultura orgânica como alternativa à sustentabilidade se caracteriza pela conservação dos agroecossistemas, respeitando os seus ciclos naturais e o equilíbrio biológico. O objetivo desse artigo é apresentar uma discussão inicial acerca do crescimento da produção orgânica nos territórios sergipanos como estratégia de busca da sustentabilidade. Para tanto foi necessário realizar leituras e fichamentos de livros, teses, dissertações e artigos científicos sobre agroecologia, agricultura orgânica, sustentabilidade e planejamento territorial. Além de efetuar levantamento de dados secundários sobre a produção orgânica do Estado. Observa-se a ampliação da agricultura orgânica com presença marcante de agricultores familiares atuando enquanto protagonistas do seu próprio processo de desenvolvimento como alternativa a busca pela sustentabilidade em suas diversas dimensões. Logo, o reconhecimento das organizações de controle social por parte de consumidores deve resultar num instrumento de fomento as políticas públicas e ao planejamento e desenvolvimento ambiental e territorial a partir de melhorias na prática da agricultura orgânica em Sergipe.

**Palavras-chave:** Produção de alimentos orgânicos, Agroecologia, Sustentabilidade.

#### Summary

The search for a healthier life requires, among other conditions, the consumption of good quality products. This finding has led to an increasing expansion of the consumption of food produced without using pesticides. Organic farming as an alternative to sustainability is characterized by the conservation of agro-ecosystems, respecting its natural cycles and biological balance. The aim of this paper is to present an initial discussion about the growth of organic production in the territories Sergipeans as the search strategy of sustainability. Therefore it was necessary to perform readings and fichamentos of books, theses, dissertations and scientific articles on agroecology, organic agriculture, sustainability and territorial planning. In addition to performing data collection on organic production side of the state. Note the expansion of organic agriculture with strong presence of farmers acting as protagonists of their own development process as an alternative to search for sustainability in its various dimensions. Therefore, the recognition of organizations of social control by consumers should result in an instrument of public policy development and planning and development and territorial environmental improvements from the practice of organic agriculture in Sergipe.

**Keywords:** Organic Food Production, Agroecology, Sustainability.

## Introdução

A prática da agricultura surgiu quando a sociedade reuniu uma série de condições historicamente suficientes para retirar proveitos de um meio natural, a partir do desenvolvimento de técnicas e instrumentos com o objetivo de dominar a Natureza. Assim, houve, desde os tempos mais antigos, a preocupação em abrandar a dependência em relação a natureza, principalmente no que diz respeito à fertilidade dos solos e às condições climáticas, para aumentar a produção.

A utilização de agrotóxicos na agricultura foi iniciada na década de 1920, mas somente depois da segunda guerra mundial tais produtos passaram a desempenhar papel importante na agricultura, com o advento da Revolução Verde. Inicia-se o processo de incorporação tecnológica e expansão da quimificação do campo, através das multinacionais por todo o mundo, via intensa campanha, propagando a necessidade do seu uso para garantir lucros e produtividade agrícolas, sem levar em conta as particularidades e a dinâmica ecológica dos agroecossistemas.

O Brasil passou a adotar o controle químico na agricultura a partir de 1943, mas os agrotóxicos eram muito pouco difundidos e seu consumo era pequeno até a década de 1960 quando houve um estímulo por parte do governo ao consumo e uso de agrotóxicos a partir da criação de leis, decretos, portarias, estímulos fiscais, sempre com o discurso oficial de melhorar a qualidade de vida tanto do agricultor quanto de toda nação brasileira, em função dos incentivos a produção agrícola e a política de exportação.

Agrotóxicos cada vez mais poderosos foram e estão sendo desenvolvidos, muitos deles matando não apenas as pragas, mas outros organismos. Assim, o desequilíbrio ambiental vem acontecendo num ciclo vicioso: quanto mais se usa agrotóxicos, maiores são os desequilíbrios provocados no meio ambiente e maior é a necessidade de uso de recorrentes, em doses mais intensas e com formulações cada vez mais tóxicas.

De tal modo, em contraposição à revolução verde tornaram-se mais significativas algumas formas de alternativas de produção que empregam menos insumos externos e que agridam menos o meio ambiente ao utilizar os elementos dos ecossistemas de forma mais sustentável. A busca por uma vida mais saudável pressupõe, entre outras condições, o consumo de produtos de boa qualidade. Essa constatação tem levado a uma crescente expansão do consumo de alimentos produzidos sem o emprego de agrotóxicos.

De acordo com o Marco referencial em agroecologia produzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, (EMBRAPA, 2006), no Brasil, as Agriculturas Alternativas nasceram da necessidade da incorporação de uma dimensão ecológica à produção.

Por não se tratar de um modelo convencional de produzir, a agricultura orgânica como alternativa à sustentabilidade se caracteriza pela conservação dos agroecossistemas, respeitando os seus ciclos naturais e o equilíbrio biológico. Esta também reduz de maneira significativa o uso de

produtos químicos (insumos agrícolas sintéticos), quando não os elimina, através das inovações técnicas.

O rápido crescimento deste segmento está suscitando, por conseqüência, inúmeros estudos e pesquisas tanto de natureza tecnológica e ambiental quanto de caráter socioeconômico. Por isso, justifica-se a pesquisa e o estímulo à agricultura orgânica, à agricultura sustentável em Sergipe, desenvolvida por agricultores familiares organizados e fortalecidos em associações a partir do desenvolvimento de uma agricultura que é ambientalmente consciente que valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização do conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

Assim, o objetivo desse artigo é apresentar uma discussão inicial acerca do crescimento da produção orgânica nos territórios sergipanos como estratégia de busca da sustentabilidade. Diante dessa perspectiva, agir de forma sustentável em um território é estudar, planejar e programar ações pensando no hoje e no amanhã, abordando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, respeitando as diferenças culturais do rural tradicional e moderno.

Para tanto foi necessário realizar leituras e fichamentos de livros, teses, dissertações e artigos científicos sobre práticas agrícolas, agricultura alternativa, agroecologia, sustentabilidade e planejamento territorial. Além de efetuar levantamento de dados secundários, tais como número de propriedades agrícolas certificadas e número e distribuição espacial de organizações de controle social dos produtos orgânicos nos territórios do Estado de Sergipe.

## **Resultados e discussões:**

### **Meio ambiente e sustentabilidade**

O meio ambiente nem sempre teve os sentidos que apresenta atualmente, onde é posto como um ideal que pode possibilitar uma prática educativa específica e orientar políticas públicas. No entanto, estudiosos têm dedicado um significativo interesse que se levanta em decorrência de várias situações de degradação ambiental, a qual de alguma forma corrompe a qualidade de vida da humanidade, mas não exclui outros estudos que demonstrem interesse pelas potencialidades naturais.

De acordo com Carvalho (2006), as raízes modernas do interesse pela natureza encontram-se discutidas no fenômeno das novas sensibilidades que surgem como um traço cultural ligado ao ambiente social do século XVIII quando ocorrera a afirmação de uma nova ordem burguesa e mercantil materializadas nos progressos técnicos tornando possível a experiência da Revolução Industrial.

Este contexto foi, sem dúvida, favorável para que as novas sensibilidades que valorizavam a natureza e idealizavam a natureza se constituíssem como uma transformação cultural importante, de

longa duração, que chega até os de hoje, como uma das raízes histórico-culturais do ambientalismo contemporâneo (CARVALHO, 2006, p. 57).

É importante salientar que o horizonte histórico-cultural deste debate está indiscutivelmente delimitado por centenas de interesses e projetos sociais que disputam várias interpretações sobre o que é ou não ambiental. Assim, “o quadro ambiental torna-se, sobretudo, um lugar de disputa entre concepções, interesses e grupos sociais” (CARVALHO, 2006, p. 59).

Entretanto, até o século XIX a compreensão das relações estabelecidas entre o homem e a natureza estava ligada ao processo de produção capitalista, considerando-se homem e natureza como pólos excludentes, havendo assim, a concepção de uma natureza objeto, ou seja, a natureza servia como fonte ilimitada de recursos à disposição do homem.

Nesse período, acreditava-se que o crescimento econômico não possuía limites e, assim, o desenvolvimento significava dominar a natureza e os homens. Contudo, nos anos de 1960 e 1970, soube-se que as fontes de recursos naturais são esgotáveis emergindo então a necessidade de se nomear novos valores capazes de romper com a dicotomia sociedade/natureza, pois a dialética homem/natureza está no alicerce do processo de desenvolvimento e transformação das sociedades humanas.

O uso desordenado dos recursos naturais no mundo inteiro vem sendo observado ao longo dos tempos, a partir das modificações ocorridas no meio ambiente sob todos os aspectos, principalmente os socioambientais. Desse modo, a interação do homem com o ambiente provoca mudanças a nível global. Tais transformações têm gerado discussões acerca das questões ambientais em muitos segmentos da sociedade. Segundo Guimarães, “desde que as questões ambientais vêm ganhando peso nas preocupações mundiais, às relações entre o modelo de desenvolvimento, o que construiu a sociedade urbano-industrial contemporânea e o meio ambiente, vêm sendo profundamente questionadas” (GUIMARÃES, 2003, p. 83).

A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que abarca um conjunto de atores do universo educativo. Nesse sentido, Jacobi (2003), enfatiza que a produção de conhecimento deve necessariamente considerar as inter-relações do meio natural com o social numa perspectiva que coloque em primeiro plano o novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

A sustentabilidade começou a ser focalizada em meados da década de 1980 e desde então vem sendo freqüentemente empregada, assumindo dimensões econômicas, sociais e ambientais, buscando embasar uma nova forma de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o termo desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica. Assim, o avanço para sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma limitada

consciência na sociedade a respeito das conseqüências do modelo de desenvolvimento em curso.

As diferentes noções de sustentabilidade ou mesmo de desenvolvimento, dificultam a realização de uma interpretação prática dos objetivos políticos formulados em torno da proposta de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, as diversas definições apontam para a sustentabilidade como valor normativo que permite a formulação de objetivos coletivos, aspecto que tem sido alcançado ao nível do planeta.

No entanto, a sustentabilidade apresenta estruturas elaboradas a partir das diferentes escalas de organização espacial. Assim, analisa-se primeiramente o nível local (ecossistemas) ou regional (biomassa e regiões biogeográficas), e depois, de forma mais abrangente e conjuntural, o nível planetário. Por isso, a elaboração de uma proposta de desenvolvimento sustentável, deve tomar como referência à construção de mediação de critérios estratégicos que possam dar conta do atual estado de incertezas que envolvem esta questão.

Essa proposta revela o quanto à relação sociedade e natureza é resultado de uma construção histórico-social, baseada na afirmação das relações dos homens entre si, em um determinado tipo de sociedade. Logo, as políticas de meio ambiente não podem ser marginalizadas ou colocadas em segundo plano das decisões econômicas e sociais, uma vez que “a quebra do equilíbrio natural, gerada pela sociedade da ação humana na modificação do meio ambiente através do tempo, resulta nos impactos ambientais causados pelas atividades socioeconômicas” (SILVA, 2004, p. 34).

Dessa forma, Leff (2002) afirma que:

A problemática ambiental gerou mudanças globais em sistemas socioambientais complexos que afetam as condições de sustentabilidade do planeta, propondo a necessidade de internalizar as bases ecológicas e os princípios jurídicos e sociais para a gestão democrática dos recursos naturais (LEFF, 2002, p. 59).

Sachs (2002) desenvolve o conceito de sustentabilidade a partir de cinco dimensões principais: a “*Sustentabilidade social*”, termo que deve ter como base o estabelecimento de uma proposta de desenvolvimento que assegure um crescimento estável, com distribuição justa de renda, garantindo o direito de melhoria de vida das grandes massas da população; a “*Sustentabilidade econômica*”, possível a partir de um fluxo constante de inversões públicas e privadas, além do manejo e alocação eficiente dos recursos naturais; a “*Sustentabilidade ecológica*”, alcançada através da expansão da capacidade de utilização dos recursos naturais disponíveis no planeta terra, com menor nível de impacto ao meio ambiente; a “*Sustentabilidade geográfica*”, pois a maioria dos problemas ambientais tem sua origem na distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas; a “*Sustentabilidade cultural*”, a qual apresenta uma forma mais complexa para sua efetivação, uma vez que exige pensar o processo de modernização de forma endógena, trabalhando as mudanças de forma sintonizada com a questão cultural vivida em cada contexto específico.

A viabilidade do tratamento das referidas dimensões em uma pesquisa que objetiva por em ação um novo modelo de desenvolvimento voltado para a prática socioambiental é imensurável, à proporção que engloba um universo de fatores que vão além da perspectiva econômica.

De acordo com o pensamento sistêmico as soluções sustentáveis representam a única maneira de solução possível para os problemas globais que se apresentam em nosso tempo. Os diversos impasses ambientais observados tornam os centros urbanos e rurais interesse dos pesquisadores, tornando a busca pela sustentabilidade um dos maiores desafios da atualidade.

Contudo, a sustentabilidade vem sendo debatida desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde tal noção foi associada ao desenvolvimento e às políticas urbanas. Desde então a retórica do desenvolvimento sustentável tem sido utilizada por diferentes grupos como recurso de denúncia política ou exercício de cidadania.

Algo perceptível diante de todas as abordagens quanto à noção e conceituação de desenvolvimento sustentável é o processo de construção onde as várias correntes de pensamento do conhecimento científico estão sendo convocadas para discutir e estabelecer critérios que orientem as ações de desenvolvimento social e econômico numa perspectiva de simbiose com a natureza.

Nesse sentido, as estratégias conceituais para gerar os instrumentos teóricos e práticos para gestão ambiental do desenvolvimento sob condições de sustentabilidade e equidade não podem surgir dos paradigmas econômicos dominantes e das práticas tradicionais do planejamento (LEFF, 2002).

Nos sistemas agroecológicos a busca da sustentabilidade deve ser uma constante, uma vez que a agricultura continua representando um potencial de melhoria da renda familiar, geração de novos postos de trabalho e manutenção de um tecido social saudável no meio rural, mas não no modelo produtivista da Revolução verde dos anos 70 (BROSE, 2001).

De acordo com Pedro José Valarini et al (Diagnóstico da agricultura orgânica no Brasil) com a constatação do fracasso da Revolução Verde e o crescimento da consciência ecológica no Brasil e no mundo, mais e mais consumidores passaram a exigir alimentos limpos, isentos de contaminantes, assim a agricultura orgânica veio se expandindo na década de 80, quando surgiram as associações de produtores, somado aos movimentos ligados à agricultura familiar e, em parte, ao movimento ambientalista e, especialmente, no final da década de 90, a ponto de se tornar significativa também a nível de mercado.

Nesse ensejo surge a Agroecologia, isto é, um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas mais sustentáveis. Como resultado da aplicação dos princípios da Agroecologia, pode-se alcançar estilos de agriculturas de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior.

Para respeitar os princípios da Agroecologia, a produção agrícola deve atender condições sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política dos

seus atores, além de apresentar resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, isto é, uma agricultura sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2001).

Nos anos 80, se convencionou chamar a estas práticas agrícolas ambientalmente mais corretas de agricultura alternativa. Existem muitos tipos de agriculturas alternativas, com diferentes denominações, que se orientam por determinadas linhas filosóficas, distintos enfoques metodológicos, assim como diferentes práticas, tecnologias, uso de preparados ou, simplesmente, proibições e restrições de uso de certos insumos. Dependendo do arranjo que seja adotado no processo produtivo, elas assumem diferentes denominações: Natural, Ecológica, Biodinâmica, Biológica ou Orgânica, entre outras.

Num sentido mais amplo, a agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas de cada ecossistema), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais).

Mazzoleni e Nogueira (2006) afirmam que o desafio da atualidade é garantir a segurança alimentar, com alimentos saudáveis, e o fornecimento dos insumos necessários para a economia, de forma socialmente justa e sem comprometer o meio ambiente e as gerações futuras. Esse comprometimento promoveu o amplo desenvolvimento da agricultura orgânica, acontecendo de forma muito intensa em outras partes do mundo.

A agricultura orgânica, como uma forma de produção alternativa, é conceituada e construída como um sistema de produção baseado nos princípios da agroecologia. A produção orgânica, também, é entendida como uma estratégia para alcançar a sustentabilidade dos agroecossistemas, pois promove a conservação da biodiversidade e dos ciclos biológicos, visando à sustentabilidade social, ambiental e econômica da unidade de produção no tempo e no espaço.

O Instituto Biodinâmico (IBD, 1997) destaca que uma unidade de produção orgânica deve ter como meta não a mera realização de objetivos econômicos, mas responder às necessidades da sociedade em pelo menos outros três aspectos: 1) oferta de produtos de qualidade; 2) o cuidado com os recursos naturais; e 3) que o próprio trabalho represente oportunidade de desenvolvimento humano a todos os envolvidos.

## **Agricultura orgânica em Sergipe**

A qualidade dos produtos orgânicos produzidos no Brasil é garantida de três diferentes maneiras: com a Certificação, os Sistemas Participativos de Garantia e o Controle Social para a Venda Direta sem Certificação.

O mecanismo da Certificação se dá por meio de empresas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. São denominadas de Certificadoras, essas empresas realizam inspeções e auditorias, seguindo metodologias básicas estabelecidas por normas reconhecidas internacionalmente. A certificação é materializada com a assinatura de contrato entre certificadora e representante legal da unidade de produção, com conseqüente autorização para utilização da marca da certificadora.

A unidade certificada passa a receber inspeções no mínimo duas vezes ao ano, para verificação da conformidade, e o inspetor produz um relatório onde os critérios de conformidade são listados e avaliados. As certificadoras possuem normas próprias, mas todas seguem o regulamento oficial. A Lei no 10.831 prediz que as certificadoras devem se credenciar no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A Certificação Participativa é um processo de certificação realizado através de um Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica. Este Sistema é composto por um Organismo Participativo (OPAC) e por produtores, técnicos, comercializadores, consumidores, organizações públicas ou privadas com atuação no segmento de orgânicos.

A Lei 10.831/03 determina que para serem comercializados, os produtos orgânicos devem ser certificados. Contudo, a própria Lei diz que a certificação poderá ser facultativa para os produtores familiares que façam a comercialização diretamente ao consumidor final, e estejam inseridos em processos próprios de organização e controle social. Os agricultores devem estar previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, que neste caso é o Ministério da Agricultura, e devem ser, necessariamente, agricultores familiares, assim a venda pode ser feita por um outro produtor ou membro da família que participe da produção e que também faça parte do grupo vinculado à Organização de Controle Social - OCS.

A garantia da qualidade de produto orgânico tem como base a relação direta entre produtores e consumidores, que permite a estes últimos conhecerem e confiarem nos produtores e nos processos produtivos, tendo os produtores o mecanismo de organização com controle social, formalizado ou não. Na organização social há co-responsabilidade entre os produtores envolvidos no processo, podendo a veracidade da qualidade da produção de um produtor ser verificada e garantida por outro produtor, e ocorrer, também, a reafirmação da idoneidade quando do envolvimento de empresas de assistência técnica de caráter público ou privado.

Em Sergipe a produção e demanda por produtos orgânicos tem crescido acompanhando a tendência nacional, apesar de ser pouco difundida em relação à agricultura convencional, já é possível



reconhecer os seus benefícios em algumas unidades de produção espalhadas pelo Estado, especialmente em áreas de pequena produção agrícola ou familiar, visto que, este novo modo de produção representa um meio de garantir uma cultura agrícola mais limpa, sem o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizante químicos.

Segundo a Superintendência Federal da Agricultura do estado, existem em Sergipe cerca de 10 propriedades certificadas vinculadas a Associação de Produtores Orgânicos do Agreste de Sergipe (ASPOAGRE) e a distribuidora de chá Namastê, além de um grupo de 90 agricultores familiares organizados no Sistema de Controle Social vinculados ao Ministério da Agricultura.

A figura 01 aborda a distribuição espacial de 90 agricultores familiares associados em Organizações de Controle Social nos territórios sergipanos, base empírica desta pesquisa. A OCS do Território Agreste Central que compreende os municípios de Itabaiana, Moita Bonita e Ribeirópolis, envolve 24 agricultores familiares; Lagarto, Simão Dias e Poço Verde, que fazem parte da OCS do Território Centro Sul, é composta por 16 produtores rurais; 14 agricultores fazem parte da OCS do Território Sul Sergipano, com os municípios de Arauá, Umbaúba, Santa Luzia do Itanhi, Indiaroba e Cristinápolis; nos municípios de Capela, Pirambú e Japarutuba 16 produtores rurais fazem parte da OCS do Território do Leste Sergipano e; No Território do Alto Sertão, compreendendo Porto da Folha, Gararu e Monte Alegre, 20 produtores compõem a OCS da região.

Tais agricultores receberam uma declaração de cadastro do Ministério da Agricultura para comprovar aos consumidores sua condição de produtor orgânico. Esta declaração lhes dá autorização para comercializar a produção orgânica diretamente ao consumidor final, seja ele pessoa física ou jurídica. Não é possível comercializá-la como orgânica para supermercados, restaurantes ou para qualquer pessoa física ou jurídica que vá revendê-la, pois somente é possível vendê-la ao consumidor final, sem atravessadores.

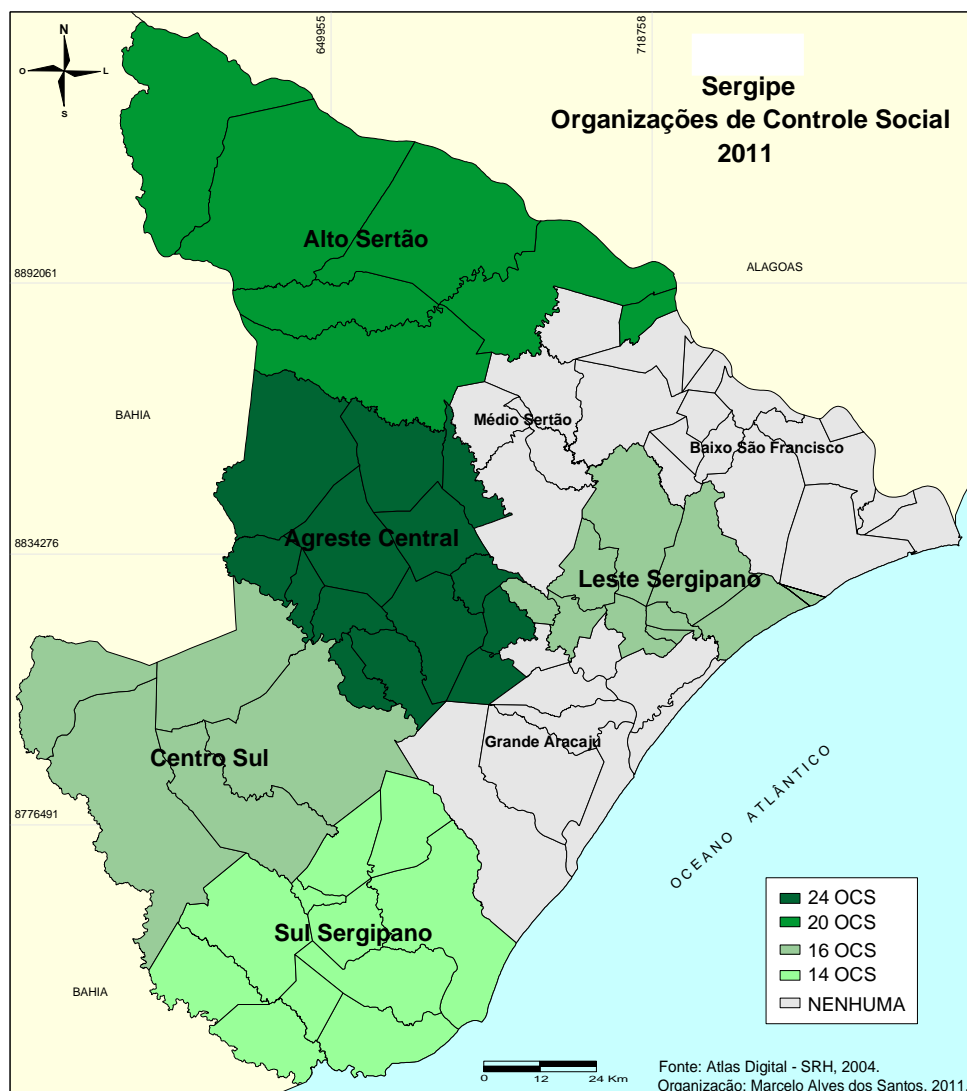


Figura 01. Distribuição espacial das Organizações de Controle Social do Estado de Sergipe. Fonte dos dados: SFA/SE, 2011.

O acompanhamento e cadastramento das Organizações de Controle Social são realizados pelos órgãos fiscalizadores. No caso de Sergipe é a Superintendência Federal da Agricultura do estado o órgão fiscalizador, que mantém atualizado o Cadastro Nacional de Produtos Orgânicos e o Cadastro Nacional de Atividades Produtivas, além de ser responsável por investigar possíveis denúncias de irregularidades.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Governo de Sergipe pretende remover o atravessador e aumentar o espaço e a renda do agricultor familiar sergipano e, ao mesmo tempo, disponibilizar ferramentas para que os agricultores passem a produzir alimentos de origem agroecológica.

No Estado de Sergipe os agricultores comercializam os produtos orgânicos em feiras semanais, conhecidas como feira da agricultura familiar, que ocorrem em alguns municípios, em

especial naqueles que têm uma população e a busca maior por alimentos mais saudáveis, é considerável. É o exemplo do município de Itabaiana, onde todas as sextas-feiras os agricultores do agreste sergipano se reúnem e comercializam produtos como tomate, pimentão, quiabo, maxixe, cebolinha, alface, coentro, batata inglesa, chuchu, cenoura, pepino, mamão, banana, dentre outros.

A ideia de integração territorial, através da implantação das Feiras Livres e Agroecológicas em Sergipe e foi elaborada para enfrentar e superar a fome, o subemprego, o pouco aproveitamento da capacidade produtiva dos agricultores familiares, além de melhorar a distribuição de renda.

Grupos de agricultores também destinam a produção orgânica para a alimentação escolar dos municípios sergipanos, através do Programa Alimentação Escolar, estabelecido pelo governo federal e seguido pelo governo estadual e algumas prefeituras municipais, como um instrumento de promoção da segurança alimentar e nutricional.

De acordo com a Superintendência Federal da Agricultura em todo o território sergipano cultiva-se uma enorme diversidade de produtos como: hortaliças, ervas aromáticas e medicinais (Abóbora, Abobrinha, Acelga, Agrião, Alface, Berinjela, Beterraba, Brócolis, Cebola, Cebolinha, Cenoura, Coentro, Couve, Espinafre, Hortelã, Manjericão, Melancia, Mostarda, Pepino, Pimentão, Quiabo, Repolho, Salsa, Tomate, Tomate cereja, Vagem), culturas anuais (milho, feijão, mandioca, batata-doce, batata-inglesa, amendoim, inhame), além de frutíferas, produtos de origem animal e flores.

É relevante destacar que o crescimento da produção orgânica em Sergipe está vinculado ao fato do Estado apresentar uma alta produtividade de gêneros agrícolas que nem sempre vem acompanhado pela alta lucratividade, além disso, o uso intenso de agrotóxicos tem causado malefícios ao meio ambiente, à proporção que compromete a qualidade de vida do produtor e do consumidor.

Tal situação é resultado da falta de instrução e do tipo de estrutura produtiva adotada nos perímetros onde ocorre o uso indiscriminado de agrotóxicos. Constata-se que considerável parcela dos produtores não tomam medidas preventivas à contaminação e não fazem uso de equipamento de proteção individual.

Fica clara a importância da organização dos produtores em OCS para negociar coletivamente com a municipalidade os apoios necessários para desenvolver o mercado local de produtos orgânicos visando atender à população e planejar novas medidas de acesso ao mercado frente aos alimentos produzidos pelo sistema convencional de produção. Assim, a parceria com escolas, universidades, institutos de pesquisa e organismos de assessoria técnica é importante para a construção das redes de conhecimento agroecológico e dos critérios de controle das qualidades orgânicas, favorecendo a implantação de políticas adequadas às realidades locais.

Diante disso, considera-se que os territórios sergipanos têm passado por um estágio de efetivação da agricultura orgânica e ambientalização da agricultura ao passo em que os agricultores familiares organizados se ajudam mutuamente para a produção sustentável de alimentos e

comercialização de produtos mais saudáveis a partir do uso de potencialidades ambientais e sociais presentes em Sergipe.

Logo, a agricultura orgânica garante condições de vida menos precárias para o produtor, o qual tem reconhecido que as práticas tradicionais de cultivo podem prejudicar sua qualidade de vida e de sua família, uma vez que no estado é comum a ocorrência de casos de intoxicação dos agricultores.

## **Conclusão**

Nos últimos anos a produção orgânica em Sergipe vem destacando-se em função do acesso e integração ao mercado especial, com uma prática de agricultura que se opõe ao uso de agrotóxicos. Tal fato ocasionou uma reorientação dos sistemas produtivos, as unidades de produção familiar que antes eram voltadas para subsistência agora também produzem para o mercado consumidor específico, aquele mais consciente dos danos causados pelo consumo de produtos convencionais e disposto a pagar um pouco mais pelo alimento mais saudável.

Desse modo, o reconhecimento das organizações de controle social por parte de consumidores deve resultar num instrumento de fomento as políticas públicas e ao planejamento e desenvolvimento ambiental e territorial a partir de melhorias na prática da agricultura orgânica em Sergipe, pois degradar o ambiente significa degradar o território. Por isso, estudos com enfoque dessa natureza são pertinentes, já que exigem uma compreensão que considere os processos sociais (econômicos, políticos e culturais) e naturais inerentes tanto ao planejamento quanto nas ações a serem efetivadas no momento em que se almeja a sustentabilidade.

Aqui a sustentabilidade é pensada para além da proteção da natureza, incorporando o território, isto é, a sustentabilidade política, econômica, cultural e ambiental de cada território. Uma vez que a produção agroecológica exige um rearranjo das relações dos homens entre si e com a natureza, das relações de cooperação e participação, além de requerer um manejo adequado do solo, das plantas e das águas.

Assim, ressalta-se o fato de que a agricultura orgânica, ao contrário da convencional ou moderna, constituir-se em uma alternativa à sustentabilidade. Além disso, o sistema orgânico não é poupador de mão-de-obra, já que absorve grande parte desta, principalmente a agricultura familiar, o que poderia significar uma melhoria na renda e na satisfação das necessidades dos agricultores sergipanos.

Portanto, mundialmente verifica-se a expansão da agricultura orgânica e de certa forma nos territórios sergipanos a dinâmica não é diferente, observa-se a ampliação da agricultura orgânica como um potencial importante para o desenvolvimento rural sergipano, haja vista a valorização da segurança alimentar na propriedade e no território; da demanda por produtos diferenciados, produzidos sem danos à natureza; além da presença marcante de agricultores familiares atuando enquanto

protagonistas do seu próprio processo de desenvolvimento como alternativa a busca pela sustentabilidade em suas diversas dimensões.

## Referências

- BROSE, M. Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão. In: ETGES, V. E. (Org). **Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão**. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2001, pp. 19-51.11-17.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: Perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, V. E. (Org). **Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão**. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2001, pp. 19-51.
- CARVALHO, I. C. de M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, C. F. B (org). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 53-65.
- EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- GUIMARAES, M.. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 81-106.
- IBD - Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural. **Diretrizes para os padrões de qualidade biodinâmico, Deméter e orgânico “Instituto Biodinâmico**. 7. ed. Botucatu: IBD, 49 p. 1997.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: **Caderno de pesquisa** (118): 189, mar. 2003.
- LEEF, E. **Epistemologia Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAZZOLENI, E. M.; NOGEUIRA, J. M. Agricultura Orgânica: Características básicas de seu produtor. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 02, p. 263-293, abr/jun 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n2/a06v44n2.pdf>> Acesso em 23/06/2011.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SAQUET, M. A. ET AL. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, M. A; SANTOS, R. A (Orgs). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SILVA, C. M. da. **Agricultura alternativa e sustentabilidade: O caso do assentamento novas vidas em ocará, ceará**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento em meio ambiente). Fortaleza: UFS, 2004.
- VALARINE, P. J. ET AL. C. Diagnóstico da agricultura Orgânica no Brasil. In: VALERO, M. S. G (Org.). **Recomendaciones y estrategias para desenrrolar la agricultura ecológica en Iberoamerica**. Cooperacion Iberoamericana, s/d. Disponível em<

[http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/lb/ciencias\\_agronicas/glibrorecomedacionesaacyted.pdf#page=101](http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/lb/ciencias_agronicas/glibrorecomedacionesaacyted.pdf#page=101)> Acesso em: 23/06/2011.